

## ASSEMBLEIA DOCENTE DISCUTE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE

*Acordo Interno suspenso, regimento anacrônico, falta de discussão do orçamento: cada vez mais a PUC-SP se distancia do antigo padrão de qualidade*

Reunidos em assembleia virtual na terça-feira, 10/11, que contou também com a participação de funcionários e estudantes, os docentes da PUC-SP analisaram uma série de questões que hoje degradam o seu dia-a-dia na universidade. Um dos primeiros pontos levantados foi a não aplicação do Acordo Interno de Trabalho, conquista de anos de lutas e que hoje se encontra ameaçado pelos encaminhamentos da Fundasp.

Desde fevereiro, a diretoria da APROPUC vem se reunindo com o Secretário Executivo da Fundação São Paulo, Pe. José Rodolpho Perazzolo, no intuito de discutir o Acordo Interno. Essas reuniões foram suspensas em razão da pandemia e mesmo com a solicitação da APROPUC para a realização de uma reunião conclusiva, a Fundasp preferiu não continuar discutindo. Em agosto, a Fundasp reabriu novamente as negociações e o Secretário Executivo informou que não firmaria Acordo Interno sem ter a Convenção Coletiva Patronal como parâmetro para nossas cláusulas. Fato inédito, pois sempre firmamos o Acordo Interno dos Professores da PUC-SP an-

tes da publicação da Convenção Coletiva.

A Fundasp propôs então a inclusão de algumas cláusulas no chamado "ato de liberalidade" que não foi aceito pelos docentes àquela época, por decisão de assembleia.

No mês passado a Fundasp, a pedido da reitora, reedita o ato de liberalidade com as mesmas cláusulas sugeridas anteriormente.

Mais uma vez os profes-

sores se sentiram prejudicados pois muitas das cláusulas que se constituíram em conquista histórica da categoria ficaram de fora do texto. Por outro lado, a Convenção Coletiva do Sipro-SP está em vias de ser assinada, garantindo direitos dos professores por dois anos e em caráter retroativo (veja matéria abaixo). Para os docentes presentes à assembleia retirar ou mesmo não garantir

cláusulas que há décadas vêm se constituindo em parâmetros para outras instituições de ensino, apresenta um grande retrocesso nas relações de trabalho da universidade.

Além disso a situação neste ano agravou-se consideravelmente pois com a pandemia os professores

Continua na  
página seguinte

### **Professores aguardam pronunciamento das mantenedoras sobre reajuste**

Os professores do ensino superior de São Paulo realizaram assembleias virtuais na última semana onde aprovaram com algumas modificações a proposta patronal. Até o fechamento desta edição os sindicatos patronais não haviam se manifestado sobre a contraproposta dos docentes.

Na proposta aprovada os trabalhadores no ensino superior privado de São Paulo receberão um abono de 50% da média salarial de 12 meses em três parcelas (março, junho e setembro de 2021) além da incorporação aos

salários de um valor correspondente da inflação do ano de 2021 limitada ao máximo de 3%, que será paga em 2022. Nesse ponto os professores acrescentaram uma complementação, caso a inflação ultrapasse 3%, que seria incorporada ao salário em agosto/2022.

Para o presidente da Fepesp, professor Celso Napolitano, "Não é possível limitar o reajuste a um índice que tende a ser superado. A inflação pode estar baixa agora, mas dá sinais de elevação no futuro, acima dos 3%". De fato o Dieese projeta uma inflação que pode chegar a

4,2% no início de 2021.

A avaliação dos dirigentes sindicais é que trata-se de um resultado possível, mas extremamente ruim para a categoria uma vez que não houve reposição de 2019 mas as mantenedoras aumentaram as mensalidades de alunos em 2020 segundo índices inflacionários de 2019 e não reduziram as mensalidades de estudantes com a pandemia.

A Convenção Coletiva de Trabalho foi aprovada integralmente, até fevereiro de 2022, com retroatividade das cláusulas a março/2020.

Continuação da  
página anterior

arcaram individualmente com custos de computadores e sistemas, enquanto que as mantenedoras fizeram apenas reposição de material sucateado e sem investimentos de capital fixo e sistemas de inovação que já eram necessários às novas realidades digitais.

## REGIMENTO DA PUC-SP

Outra questão que preocupa os professores é o novo regimento da universidade. O texto, discutido às pressas no Consun, foi modificado e para muito pior, pelo Conselho da Fundasp. O novo texto tende, por exemplo a aprofundar o chamado represamento, uma vez que estreita os percentuais de titulados em cada departamento o que inviabiliza em grande parte a proposta da professora Maria Amalia de "desrepresar" um maior número de docentes em sua próxima gestão, conforme afirmou à APROPUC em reunião. Cabe lembrar que a luta dos professores pelo desrepresamento vem de longa data somando-se a isto a situação de salários desiguais para a mesma função com quatro tabelas diferenciadas na universidade.

A questão do desligamento compulsório do docente aos 75 anos passa a constar dos ordenamentos

da universidade. Até agora não existe uma norma legal para a aposentadoria nas escolas particulares. Mas o texto do regimento é vago e não estabelece parâmetros seguros para aqueles que queiram de fato encerrar a carreira, mas que não têm nenhuma garantia de uma aposentadoria digna.

A avaliação docente cada vez mais agrega um caráter punitivo, dividindo os professores em faixas de desempenho que podem, em caso de rendimento não adequado pelos padrões produtivistas da avaliação vigente, excluir o docente da universidade. A APROPUC sempre defendeu a avaliação como processo pedagógico sistemático e nos contrapomos às medidas punitivas impostas.

Por fim a democracia na universidade ganha contornos bem distintos daqueles que vigoravam até alguns anos, com a desvalorização de instâncias representativas como os departamentos e conselhos de faculdade que passam a ter funções extremamente burocratizadas, com redução de representantes de professores e estudantes.

## ORÇAMENTO SEM DISCUSSÃO

Outro problema levantado na assembleia diz respeito à discussão do orçamento de 2021. As peças orçamentárias e os balanços devem passar pelo Consun que, diferentemente de outros tempos, quando havia

um pouco de democracia na universidade, simplesmente referendam os documentos que serão aprovados posteriormente pelo Consad e pelo Conselho Superior da Fundasp.

Neste ano a Fundasp negou o pedido de novas bolsas emergenciais para o pós graduação, alegando que no ano de 2021 o orçamento contemplaria esse pedido. Mas até agora o Consun não discutiu o orçamento, o que provocou a resposta indignada dos pós-graduandos na quinta-feira, 12/11 (veja matéria na pág.3). O orçamento também apresenta uma previsão sobre os valores de reajustes das mensalidades e salários .

## NOVO MODELO DE UNIVERSIDADE

Por tudo isso os professores avaliam que está em curso um novo modelo de universidade, onde os cursos mais rentáveis devem ser priorizados em detrimento daqueles que não alcançam um número suficiente de alunos pelos parâmetros da mantenedora. Nesse sentido indagamos: Onde está o caráter comunitário da PUC-SP construído historicamente?

O temor dos docentes é que cada vez mais ingressemos nos parâmetros do ensino à distância, ou do chamado "ensino híbrido", que já vem expulsando professores das universidades particulares e aumentando o chamado "ensalamento"

com salas virtuais superlotadas através da junção de turmas, o que precariza ainda mais o ensino.

A APROPUC reafirmou sua posição contra o EaD na defesa do ensino presencial de qualidade. Professores denunciaram em assembleia que em alguns cursos os docentes que não se adequaram completamente ao ensino remoto estão tendo de reduzir as suas aulas.

Por tudo isto foi levantada a proposta de que a APROPUC prossiga com as discussões feitas pela assembleia, se possível em um regime de assembleia permanente para que a universidade não mergulhe de vez na pura e simples mercantilização do ensino e que sejam estabelecidas medidas que efetivamente protejam a atividade docente.

Os presentes também levantaram a necessidade de convocação com urgência de uma reunião com a Fundasp. A APROPUC já enviou solicitação de reunião à secretaria-executiva para tratar da renovação do Acordo Interno de Trabalho Docente, orçamento da universidade e regimento interno da PUC-SP.

A APROPUC deverá divulgar nos próximos dias uma nova data para sua assembleia. A presença virtual dos docentes da universidade neste final de semestre reveste-se de fundamental importância para que possamos estar mobilizados na defesa do ensino e do trabalho.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo  
Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Edição de Arte /Editoração : Valdir Mengardo  
e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br



Estudantes protestam em frente à Fundação São Paulo

# Estudantes protestam em defesa da Pós-Graduação

Na quinta-feira, 12/11, em frente ao teatro TUCA, aconteceu um ato em defesa da Pós-Graduação.

A pós graduação brasileira sofre ataques severos, principalmente as áreas de humanas. O governo cortou inúmeras verbas de programas que impossibilitou o desenvolvimento de várias pesquisas. As bolsas CNPq e Capes sofreram grandes ataques. Alunos da PUC-SP que participam desses programas foram afetados e assim pedem alguma posição da Fundação São Paulo a respeito.

Na quarta-feira, 11/11, a Fundação São Paulo disponibilizou um novo edital que oferece 45 bolsas integrais para a pós graduação, onde 13 são destinadas para candidatos pretos, pardos e indígenas. O edital está vinculado à Lei da Filantropia, portanto a fundação ainda não atende as reivindicações propostas pelos estudantes.

O ato seguiu até o prédio da Fundação São Paulo onde faixas e cartazes foram colados e em seguida houve uma assembleia. A reunião pautou a luta por 50% de cotas raciais, liberação de bolsas que

## Outras reivindicações dos estudantes

- ✓ congelamento do valor das mensalidades,
- ✓ rematrícula dos inadimplentes,
- ✓ regras mais flexíveis para negociação das dívidas,
- ✓ possibilidade da conversão de bolsas emergenciais em bolsas CAPES,
- ✓ prazos flexíveis para trancamento e destrancamento de matrícula,
- ✓ mais transparência com relação às informações sobre bolsas,
- ✓ equiparação das bolsas FAPESP às bolsas CAPES.

contemple mais alunos, valores de mensalidade e a prorrogação das bolsas CNPq (referente ao ano de pandemia).

Os pós graduando(a)s vão continuar sua luta por mais medidas que garantam a permanência dos alunos. As bolsas da filantropia foram um avanço mas ainda existem alunos que precisam de medidas para permanência na universidade. Os estudantes pedem alternativas diferentes para os diferentes casos.

## Fundasp abre edital de bolsas filantropia para pós-graduação

No dia 10/11 a Fundasp divulgou um edital de bolsas para o setor de pós-graduação com caráter filantrópico. Sem consultar os estudantes a mantenedora decidiu distribuir 45 bolsas integrais que contarão com uma quota de 30% para estudantes pardos, negros e indígenas.

Embora os estudantes do setor de pós-graduação considerem uma vitória do movimento o oferecimento de bolsas por parte da Fundasp, essa atitude fica longe de atender as demandas que o setor vem levantando, face ao brutal corte de bolsas do CNPq e da CA-

PES. A principal reivindicação do movimento dos pós-graduandos refere-se à aprovação de mais bolsas emergenciais que possam atenuar os efeitos nefastos dos cortes efetuados pelo governo federal.

Os estudantes também ponderam que o número de 45 bolsas é insuficiente para atender à demanda de 35 cursos de pós graduação, que ficariam com pouco mais de uma bolsa, em média, cada um. Eles também questionam os critérios de renda exigidos pela Fundasp que poderiam excluir boa parte dos pós-graduandos da bolsa integral.



As faixas em frente ao TUCA

## APROPUC repudia fala de Bolsonaro

A Diretoria da APROPUC repudia veementemente a atitude do capitão reformado, chefe do Poder Executivo, ao rir da morte e desprezar o valor das mais de 163.078 vidas humanas perdidas pela COVID-19 no Brasil este ano. Dados estes levantados pelo consórcio de veículos de imprensa a partir de dados

das secretarias estaduais de Saúde.

O referido capitão deveria concentrar-se em reduzir os mais de 20 milhões de desempregados e desalentados, combater os incêndios na Amazônia e Pantanal, fortalecer Educação, a Ciência e o Ministério da Saúde, entre inúmeras outras questões que necessitam da ação imedia-

ta do governo federal, em vez de tratar a imunização da população brasileira como uma pequena disputa pessoal.

Lamentamos a morte do voluntário e exigimos da ANVISA explicações claras sobre a suspensão dos testes, que devem ser imediatamente retomados.

*Diretoria da APROPUC*

## Dirigente sindical perseguido na UNESP/Marília

Entidades de professores vêm denunciando a perseguição sofrida pelo docente Henrique Tahan Novaes, presidente da ADUNESP de Marília. O docente está hoje sendo vítima de pesseguições políticas por parte da direção da FFC/Unesp, Marília, através de uma sindicância administrativa que, segundo relatos de diversas organizações sindicais carecem de fundamento legal. A direção acusa Henrique de participação política durante o processo eleitoral da Faculdade, quando o docente fazia parte da Comissão eleitoral. Em uma moção de repúdio o Andes-SN afirma que "a tentativa de intimidação representada pela abertura da sindicância sem fundamento se insere no quadro mais amplo de diversas afrontas à democracia nas universidades brasileiras e, de forma direta representa também mais um ataque à representação sindical. Trata-se de um caso de assédio institucional, com perseguição sindical, que não podemos deixar de denunciar e repudiar".

A APROPUC também repudia mais este ataque à democracia universitária e àqueles que militam pela organização sindical.

## Chapa 1 vence eleição no Andes

A Chapa 1 Unidade para Lutar: em defesa da educação pública e das liberdades democráticas, presidida pela professora Rivânia Lucia Moura de Assis (UERN) venceu a Chapa 2 - Renova ANDES, que teve como presidenta a professora Celi Nelza Zülke Taffarel (UFBA) na eleição para a nova diretoria do Andes- Sindicato Nacional, em eleição realizada telepresencialmente.

A chapa 1 obteve 7086 votos, enquanto a chapa 2 obteve 5658 dos votos, com 48 votos em branco e 64 nulos.

O programa da chapa vencedora propunha que "A Chapa 1 construirá coalizões em defesa dos direi-

tos sociais e, especificamente, da educação pública, da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura. Defendemos que trabalhadoras/es, movimentos antirracistas, pela reforma agrária, feministas, LGBTQI+, em suma, todos os que têm sua humanidade negada, teçam frentes unitárias e democráticas para derrotar o projeto neofascista e autocrático do governo e de sua base de apoio".

A diretoria da APROPUC apoiou a chapa vencedora entendendo que os princípios defendidos por "Unidade para Lutar" são idênticos àqueles defendidos pela atual diretoria da Associação dos Profensores da PUC-SP.

## Hackers invadem aula aberta do curso de Letras

Professores do curso de Letras relataram em e-mail que no dia 09/11, quando realizavam uma aula aberta on-line do curso de Licenciatura em Língua Portuguesa 'hackers' invadiram a sala, tomaram o controle da apresentação e passaram a divulgar conteúdos eróticos. O evento acontecia pela plataforma Google Meets, que não é a oficial da PUC-SP.

A direção da Faficla comunicou o fato à Divisão de Tecnologia da Informação, DTI, e à Pró-reitoria de Graduação que prometeram se pronunciar sobre o ocorrido.

## Mulheres fazem ato na Paulista por Mariana Ferrer

No domingo, 8/11, no Vão do Masp, mulheres se reuniram em protesto por justiça à Mariana Ferrer.

O ato teve início às 14 horas e contou com mais de 5 mil pessoas, segundo a divulgação das autoridades. A manifestação pacífica seguiu em passeata pela Avenida Paulista até a rua da Consolação.

O ato repudia o trata-

mento que Mariana Ferrer recebeu no julgamento onde a vítima acusa o empresário André de Camargo Aranha de estupro.

Durante o julgamento Mariana Ferrer sofreu diversos insultos e ataques psicológicos pelo advogado do réu.

Outros protestos também aconteceram por todo o Brasil.



O protesto na Avenida Paulista